

## PINGA-FOGO

■ **PATERNIDADE** - Sabe a ideia de unir via marítima o Galeão ao Aeroporto Santos Dumont? Ela nasceu em 2014 para a Copa do Mundo e depois Olimpíada por uma iniciativa da Secretaria Estadual de Turismo no Governo Pezão. A ligação tem um aspecto de segurança. Hoje qualquer manifestação nas pontes que ligam a Ilha do Governador, isolam o aeroporto internacional. Em 2014, o então secretário de Turismo do estado, Cláudio Magnavita designou para presidir os estudos sobre a ligação o seu subsecretário, Carlos Luiz Martins, ex-presidente da Varig e depois presidente do Detro. Faltou entusiasmo da Secretaria dos Transportes na época. O projeto apontou os hovercraft (barcos sobre colchão de ar) como a melhor solução, devido ao assoreamento da baía da Guanabara na Ilha do Governador. O projeto agora decola.

■ **O ATLAS DO VOTO** - O telefone do deputado federal Pedro Paulo começou a tocar logo após a divulgação da pesquisa do Instituto Atlas/CNN sobre as eleições do Rio. O parlamentar já contratou os serviços da Atlas e todo mundo queria saber se podiam confiar no resultado que coloca o deputado Delegado Alexandre Ramagem com 31,2% e Eduardo Paes com 42,6% das intenções de voto.

■ **O instituto tem chamado atenção pelos acertos em vários pleitos, com resultados muito próximos à apuração final.**

■ Os 31,2% de Ramagem está muito próximo dos 28,7% da pesquisa da GGP quando ele é apresentado como o candidato do ex-presidente Jair Bolsonaro.

■ **Para as cabeças que sabem decidir pesquisas e os seus nuances, a eleição do Rio será decidida no primeiro turno. Todos os dois candidatos têm a chance de liquidar a futura, evitando a segunda disputa.**

■ O resultado animou os apoiadores do delegado e ativou a militância da direita, algo que não aconteceu com a esquerda, hoje dividida entre Paes e o deputado Tarcísio Motta, do PSOL.



## MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita



## TROCA TROCA

*Rio e São Paulo terão de volta os programas de promoção conjunta levando os cariocas para curtir a paulicéia e os paulistas para curtir a cidade maravilhosa. O primeiro passo foi dado na conversa, presenciada pela coluna, que reuniu o novo presidente da Riotur, Patrick Corrêa (e), e o presidente do São Paulo Convention Bureau, Toni Sando (d). A primeira reunião de trabalho para reativação do programa será agora em maio. Aliás, Patrick tem sido uma grata surpresa para o setor do turismo. O rapaz é do ramo e já chegou cantando pneu. Uma feliz escolha do prefeito Eduardo Paes.*

■ **Um dos dirigentes da Atlas é filho de um ex-subprefeito do Centro do Rio e ligado ao grupo de Paes.**

■ A pesquisa já gera alguns efeitos colaterais na direita, principalmente nos partidos que, informalmente, já estavam sentando com Eduardo Paes.

■ **PASSANDO DA LINHA** - Aviso aos navegantes: cuidado com as redes sociais. Já há registros de alguns casos que podem ser carimbados de propaganda antecipada, principalmente quando envolve a figura de adversários. Alguns registros de imagem já estão sendo guardados para queixa no TRE e impugnação de candidatura.

■ **CABO ELEITORAL** - Quem sumiu na corrida eleitoral municipal com a polarização entre Eduardo Paes

e Alexandre Ramagem foi o presidente da Embratur, Marcelo Freixo, vivendo o seu ano sabático na prefeitura do Rio. Como o PT está apoiando Paes, tem muita gente esperando ver Freixo fazendo campanha de reeleição para o alcaide.

■ **NOVA SUBIDA DA SERRA I** - A Concer, concessionária que administra a BR-040/RJ/MG, está com projeto de otimização pronto aguardando apenas a aprovação do Ministério dos Transportes e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para retomar a obra de nova subida da serra, trecho que liga do Rio de Janeiro a Petrópolis. Na audiência que aconteceu na manhã desta quinta-feira (25), na Câmara dos Deputados, o diretor-presidente da Concer, Marcos Antônio Ladeira de Oliveira, detalhou a pro-

posta de reequilíbrio econômico-financeiro e otimização do contrato apresentada em novembro do ano passado após a publicação da Portaria 848 do Ministério.

■ **NOVA SUBIDA DA SERRA II** - Segundo Marcos Antônio Ladeira, a Concer tem condições de retomar as obras 45 dias após a assinatura do termo de otimização e do contrato garantindo o reequilíbrio econômico. Estas seriam concluídas num prazo de 33 meses, já que possuem todas as licenças ambientais para a execução. "A gente entende que a vantajosidade que a Companhia está oferecendo é muito interessante, além de vários aspectos, nós estamos terminando as obras quando uma nova concessionária estará talvez começando, se tudo der certo", disse Ladeira.

■ **ENTRE IRMÃOS** - A Baixada Fluminense segue prestigiada no alto escalão do governo estadual. Na pasta da Agricultura, por exemplo, a região já contava com o médico Flávio Ferreira, o Dr. Flávio, esposo da prefeita de Paracambi, Lucimar Ferreira, e irmão do deputado estadual Dr. Deodalto (PL). Agora, Deodalto assumirá o lugar do irmão na secretaria de Estado de Agricultura. Dr. Flávio, suplente do deputado federal Carlos Jordy (PL), vai assumir a titularidade do cargo. Jordy se afastará do mandato para tocar a campanha à prefeitura de Niterói. E com a articulação política estabelecida, Paracambi e a Baixada ganharão mais uma representação no Congresso, além de manterem a representatividade no Palácio Guanabara, com Flávio e Deodalto, respectivamente. Dr. Deodalto, inclusive, já apresentou seu suplente ao plenário da Casa: trata-se de Renan Jordy, irmão de Carlos, que assumirá o cargo de deputado estadual.

■ **FOGOS DE ARTIFÍCIO EM DEBATE** - O presidente da Câmara Municipal de Volta Redonda, Edson Quinto, e o vereador e ex-secretário municipal da Pessoa com Deficiência, Washington Uchoa, receberam na tarde desta quinta-feira (25), no Salão Nobre, representantes da Apadem (Associação de Pais de Autistas e Deficientes Mentais), ARFLO-RESER (Associação Autismo Volta Redonda) e da SPA (Sociedade Protetora dos Animais). Em pauta: as causas e consequências que o barulho dos fogos de artifício causam nas pessoas com transtorno do espectro autista e nos animais em geral.

■ **PROJETO DE LEI À VISTA** - Um projeto de lei com foco "fogos de artifício - Não" será apresentado no Legislativo em breve, conforme foi definido durante o encontro. A próxima reunião já tem data e local: será na Câmara, no dia 06 de maio, às 15 horas. Participaram ainda do encontro: Igor Reis Moreira Mathias, diretor da Sociedade Protetora dos Animais; Danielle Tomé, pedagoga, servidora pública, mãe de pessoa com autismo, Thaís Vasconcelos, presidente da Associação de Pais de Autistas e Deficientes Mentais, entre outros representantes.

## Fernando Molica

## As 18 da lista do privilégio

Ao propor que integrantes de 18 profissões paguem menos imposto que os demais brasileiros, o projeto de regulamentação da reforma tributária descumpra, pelo menos, dois preceitos constitucionais: o da igualdade dos cidadãos e o da proibição de "distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos".

A discriminação é baseada na emenda constitucional da reforma tributária, que estabelece a possibilidade de redução de 30% do futuro imposto para "a prestação de serviços de profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística".

O artigo 116 do projeto do governo praticamente repete o que foi incluído na Constituição e estabelece o desconto para a prestação dos serviços das "seguintes profissões intelectuais de natureza científica, literária ou artística". A lista inclui, entre outros, arquitetos, engenheiros, economistas, professores de educação física, veterinários, contabilistas, bibliotecários. Todas as profissões relacionadas são fiscalizadas por conselho profissional.

A proposta de regulamentação do artigo preparada por um governo chefiado por um ex-operário assume a odiosa discriminação em relação a trabalhadores não agraciados com o adjetivo "intelectual", selo que, como os

antigos títulos de nobreza, procura enaltecer os que supostamente pensam em detrimento dos que pegam no pesado.

Além de preconceituosa, a lista das 18 profissões privilegiadas fortalece a divisão social e econômica do país: quase todos os contemplados, os intelectuais reconhecidos pelo Ministério da Fazenda, exercem ofícios de nível superior: num prédio, morariam na cobertura e não no quarto do zelador. Pela tabela proposta pelo governo, um mestre de obras contratado para prestar serviços numa obra pagará proporcionalmente menos imposto que um engenheiro que atuar na mesma construção.

Mais: pela lógica tributária, o imposto que deixará de ser pago pelos integrantes das 18 da lista terá que ser compensado pelos prestadores de serviço de outras categorias profissionais. Estes vão subsidiar o privilégio daqueles. O tal mestre de obras terá que pagar pelo imposto que o engenheiro deixará de recolher aos cofres públicos.

Na hora em que prestarem serviços, esses profissionais privilegiados pelo governo pagarão uma alíquota hoje prevista de 18,6%. Os que não estão na lista terão que recolher 26,5% do valor recebido. Imaginemos que, para atuar na tal obra, sejam chamados um arquiteto e um decorador e que cada um vá receber R\$ 10 mil pelo trabalho.

O arquiteto pagará R\$ 1.860,00 de impostos e embolsará R\$ 8.140,00; o decorador terá que recolher R\$ 2.650,00 e ficará com R\$ 7.350,00, R\$ 790,00 a menos.

O governo pode alegar que apenas tenta regulamentar o que foi aprovado por senadores e deputados, mas não tem como deixar de fugir de sua responsabilidade. O tema é importante demais para ser tratado como um simples adendo à — robusta, importante e necessária — reforma no sistema tributário. O fato de a possibilidade de abatimento para determinadas categorias profissionais ter passado batida nas discussões das mudanças diz muito sobre o país e seus privilégios.

É o mesmo espírito que, na emenda aprovada pelo Congresso, prevê desconto de 60% na alíquota do imposto a ser pago por serviços privados de educação e saúde. A não concessão representaria um aumento pesado na carga tributária desses setores, mas a generosidade tem um custo, que será pago por todos nós, inclusive pelas famílias que dependem do SUS e que matriculam seus filhos na rede pública de educação — a reforma tributária mantém a tradição brasileira de tirar dos pobres para dar aos ricos. E, por falar em tradição: não perderá dinheiro quem apostar que a lista das 18 deverá engordar. O lobby já deve ter começado.

## Emanuel Alencar\*

## Crise do tolueno e verdades inconvenientes

Iniciada há quase 20 dias, a crise do composto químico tolueno na bacia do Guapi-Macacu, no Leste Fluminense, está longe de resolvida. As concentrações do contaminante continuam altas nos arredores do Polo GasLub Itaboraí, em canais que jogam água no Rio Guapiaçu, em Guapimirim. E a força-tarefa do governo do estado, montada para investigar o caso, segue com dúvidas sobre a origem do poluente - usado como solvente e na mistura da gasolina. O episódio, dramático, alude a uma série de questões que merecem ser avaliadas com cuidado. Neste artigo quero me ater a duas delas: a fragilidade da fiscalização ambiental (em várias esferas do poder público) e a ausência de um programa consistente de restauração florestal no Rio.

Ninguém, entre os 2 milhões de moradores de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, parte de Maricá e Ilha de Paquetá, bebeu a água contaminada - mas há fazendas no local e há suspeitas de que o gado possa estar sendo contaminado. É dramático, é tenso. Mas o fato é que a situação é bem mais complexa do que uma interrupção de 60 horas do abastecimento. Tudo poderia ter sido evitado - ou certamente minimizado - com ações preventivas: depois de o caldo entornado, as complexidades são inevitáveis. A região acometida pela crise aguda carece de vegetação - são 4 mil hectares a serem reflorestados. Vegetação que poderia ajudar na resiliência de um território tão fundamental para a vida - em suas diversas formas - fluminense.

O alerta do Instituto Chico Mendes deve ser ouvido: não existem florestas pro-

retoras dos cursos d'água em nenhum lugar, as margens estão erodidas, os rios rasos e assoreados com diques rompidos e comportas insuficientes. É assim na bacia do Guapi-Macacu. É assim também na bacia do Guandu (que abastece 9,5 milhões no Grande Rio), e em todo o Paraíba do Sul (cujas águas garantem a vida de 14,2 milhões de pessoas). Há uma toada em curso que implica o desmonte do Sistema Nacional de Meio Ambiente (instituído pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente)).

O drama do tolueno, arrastado e preocupante, não é raio um céu azul. É resultado de gestões ambientais federais, estaduais e municipais precárias e de um olhar descuidado e apenas focado em paliativos. Em concentrações elevadas, o tolueno pode causar danos ao sistema nervoso central, aos rins e ao fígado. Fadiga, náusea e dores de cabeça acometem pessoas que ingerem tolueno em concentrações baixas. A coisa é muito séria.

A Petrobras, embora sublinhe que nada tem a ver com a contenda, está ajudando as equipes do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e da Cedae. Não faz mais do que sua obrigação. É imperativo que tenhamos respostas mais claras e definitivas sobre o caso. Falta transparência. Trata-se de grave crime ambiental, cujo autor ainda permanece desconhecido. Licenciamento ambiental não pode ser peça de ficção e a atuação preventiva é o caminho para evitarmos problemas futuros.